

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2016.

Aos vinte dias do mês de setembro de 2016, às onze horas e vinte e nove minutos, na Sala de Reunião das Comissões da CLDF, a presidente da Comissão, Deputada Sandra Faraj, abriu a Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Comissão. Presentes os Deputados Bispo Renato Andrade, Robério Negreiros e Raimundo Ribeiro. Dando início à pauta, foram dadas por lidas e aprovadas, por quatro votos favoráveis e uma ausência, as Atas da 18ª Reunião Ordinária, 19ª Reunião Ordinária e 20ª Reunião Ordinária, realizadas em 30/08/2016, 06/09/2016 e 13/09/2016, respectivamente. Ato contínuo, assumiu a presidência o Dep. Robério Negreiros, ocasião em que foi apreciado o Item 01 – PL 1255/2016, de autoria do Poder Executivo e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a gestão democrática do sistema de ensino público do Distrito Federal". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: Aprovado parecer pela Admissibilidade por quatro votos favoráveis e uma ausência. Nesse momento, reassumiu a presidência a Dep. Sandra Faraj. Item 02 - PL 244/2015, de autoria da Dep. Luzia de Paula e relatoria do Dep. Chico Leite, sendo designado relator ad hoc o Dep. Raimundo Ribeiro, que "dispõe sobre a utilização de telhas ecológicas nas obras realizadas ou contratadas pela Administração Pública do Distrito Federal". Parecer: pela Admissibilidade na forma das 3 emendas da CCJ. Resultado: Aprovado parecer pela Admissibilidade na forma das 3 emendas da CCJ por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 03 - PDL 52/2015, de autoria da Dep. Liliane Roriz e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que "concede Título de Cidadão Honorário post mortem de Brasília ao Senhor Joaquim Maria Moreira Cardoso". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 04 - PDL 140/2016, de autoria do Dep. Cristiano Araújo e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que "concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Mauro Pedroso Gonçalves". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 05 - IND 7997/2016, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso, que "sugere ao Chefe do Poder Executivo, providências no sentido de encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal mensagem contendo o seguinte anexo: Projeto de Lei que altera a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre regularização fundiária no Distrito Federal e dá outras providências". Resultado: aprovada por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 06 – IND 8000/2016, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso, que "sugere ao Chefe do Poder Executivo, providências no sentido de encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal mensagem contendo o seguinte anexo: Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a desafetação das áreas públicas arroladas nos anexos da Lei Complementar nº 806 de 12 de junho de 2009". Resultado: aprovada por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 07 - IND 8028/2016, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que "sugere ao Poder









CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Executivo do Distrito Federal providências no sentido de elaborar e encaminhar, a esta Câmara Legislativa, Projeto de Lei versando sobre a criação de um fundo específico para a eliminação do tabagismo, destinando a ele, entre outros recursos, parte da receita arrecadada com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente sobre as operações internas envolvendo os produtos de tabacaria". Resultado: aprovada por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 08 – IND 8089/2016, de autoria da Dep. Celina Leão, que "sugere ao Governo do Distrito Federal que envie a esta Casa, Projeto de Lei Complementar, para promover alteração de uso de imóveis, conforme orientação contida na consulta anexa, realizada pela unidade de desenvolvimento urbano, rural e de meio ambiente da assessoria legislativa desta Casa, bem como a revogação do Decreto nº 30.260 de 2009". Resultado: aprovada por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 09 – IND 8161/2016, de autoria do Dep. Joe Valle, que "sugere ao Chefe do Poder Executivo, providências no sentido de encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal mensagem contendo o seguinte Projeto de Lei em anexo: Dispõe sobre a promoção e inclusão de mel de abelha na merenda escolar da Rede de Ensino Público do Distrito Federal e dá outras providências". Resultado: aprovada por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 10 – IND 8162/2016, de autoria do Dep. Rodrigo Delmasso, que "sugere ao Governador do Distrito Federal que encaminhe Projeto de Lei que disponha sobre a implantação do projeto escola transparente nas unidades de ensino da Rede Pública no âmbito do Distrito Federal, estabelecendo critérios de transparência e dá outras providências". Resultado: aprovada por quatro votos favoráveis e uma ausência. Item 11 - IND 8317/2016, de autoria do Dep. Cláudio Abrantes, que "encaminha ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal minuta do Projeto de Lei em anexo - estabelece o piso salarial mínimo para os corretores de imóveis que exercem a profissão no Distrito Federal e mantenham vínculo empregatício com imobiliárias, construtoras ou incorporadoras - sugerindo que a matéria seja remetida a esta Casa por se tratar de questão de iniciativa exclusiva do Poder Executivo". Resultado: aprovada por quatro votos favoráveis e uma ausência. Em seguida, foram apreciados como extrapauta os seguintes projetos: Item 12 -PLC 24/2015, de autoria do Poder Executivo e relatoria do Dep. Robério Negreiros, que "altera a Lei nº 1.826, de 13 de janeiro de 1998, que cria o Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará - RA X". Parecer: pela Admissibilidade na forma da emenda 3 da CAF e das emendas 4 e 5 da CDESCTMAT. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade na forma da emenda 3 da CAF e das emendas 4 e 5 da CDESCTMAT por dois votos favoráveis, dois votos contrários e uma ausência, prevalecendo como critério de desempate o voto da Dep. Sandra Faraj, conforme o art. 78, inciso XVIII do RICLDF. Em seguida, assumiu a presidência o Dep. Raimundo Ribeiro, que colocou em apreciação o Item 13 - PL 1259/2016, de autoria do Poder Executivo e relatoria da Dep. Sandra Faraj, que "Altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS e dá outras providências". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por três votos favoráveis, uma abstenção e uma ausência. Em seguida, reassumiu a presidência a Dep. Sandra Faraj.







CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Não havendo mais nada a tratar, a Deputada Sandra Faraj encerrou a reunião às doze horas e nove minutos. E eu, Eduardo Miranda Melis, Secretário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pela Presidente e pelos demais Deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.

 \mathcal{H}

DEPUTADA SANDRA FARAJ Presidente da CCJ

